

## SABERES AFROPINDORÂMICOS E OCUPAÇÃO BIBLIOGRÁFICA: rumo à descolonização do conhecimento em universidades brasileiras

*Maria Aparecida Moura*

### Resumo

Este estudo examina o processo de descolonização nas universidades públicas brasileiras, centrando-se na estratégia de *ocupação bibliográfica*. Essa estratégia visa romper com o cânone editorial tradicional, a partir da promoção de um modelo que valorize a publicação de oralidades impressas. São explorados os conceitos de agência, conforme Archer (2000) e Emirbayer e Mische (1998), e o sistema de relevância social, segundo Schultz (1967). A agência é compreendida como a expressão de um sujeito ativo e reflexivo, cuja atuação é informada por relações orgânicas no seio da sociedade. O sistema de relevância, por sua vez, envolve o aprendizado e a priorização de experiências objetivas e subjetivas no contexto da ação coletiva, em conexão com a agência projetiva. O estudo analisa os desafios e as possibilidades da agência projetiva e do sistema de relevância nas trajetórias de Antônio Bispo dos Santos e Joelson Ferreira de Oliveira em suas lutas pela terra, além de suas interações críticas com a comunidade acadêmica e as dinâmicas de produção, validação e circulação do conhecimento. Conclui-se que a ocupação bibliográfica, associada à agência projetiva e aos sistemas de relevância no contexto do realismo social, apresenta-se como um argumento convincente e uma fonte de inspiração para questionar a hegemonia do conhecimento de caráter colonial, contribuindo para superar a parcialidade inerente aos saberes produzidos no contexto acadêmico.

**Palavras-chave:** ocupação bibliográfica; descolonização; universidades públicas; agência; produção de conhecimento; luta pela terra.

## AFRO-PINDORAMIC KNOWLEDGE AND BIBLIOGRAPHIC OCCUPATION: towards the decolonization of knowledge in brazilian universities

### Abstract

This study examines the process of decolonization in Brazilian public universities, focusing on the strategy of *bibliographic occupation*. This approach aims to break with the traditional editorial canon, promoting a model that values the publication of printed oral histories. The concepts of agency, as defined by Archer (2000) and Emirbayer and Mische (1998), and the social relevance system, according to Schultz (1967), are explored. Agency is understood as the expression of an active and reflective subject whose actions are shaped by organic relationships within society. The relevance system, in turn, involves the learning and prioritization of objective and subjective experiences within the context of collective action, connected to projective agency. This study analyzes the challenges and possibilities of projective agency and the relevance system in the trajectories of Antônio Bispo dos Santos and Joelson Ferreira de Oliveira in their struggles for land, as well as their critical interactions with the academic community and the dynamics of knowledge production, validation, and circulation. It concludes that bibliographic occupation, along with projective agency and relevance systems within the context of social realism, emerges as a convincing argument and source of inspiration to challenge the hegemony of colonial knowledge, contributing to overcoming the partiality inherent in knowledge produced within the academic context.

**Keywords:** bibliographic occupation; decolonization; public universities; agency; knowledge production; land struggle.

## SABERES AFRO-PINDORÁMICOS Y OCUPACIÓN BIBLIOGRÁFICA: hacia la descolonización del conocimiento en las universidades brasileñas

### Resumen

Este estudio examina el proceso de descolonización en las universidades públicas brasileñas, centrándose en la estrategia de *ocupación bibliográfica*. Esta estrategia busca romper con el canon editorial tradicional, promoviendo un modelo que valore la publicación de oralidades impresas. Se exploran los conceptos de agencia, según Archer (2000) y Emirbayer y Mische (1998), y el sistema de relevancia social, de acuerdo con Schultz (1967). La agencia se comprende como la expresión de un sujeto activo y reflexivo, cuya actuación se informa por relaciones orgánicas dentro de la sociedad. El sistema de relevancia, por su parte, implica el aprendizaje y la priorización de experiencias objetivas y subjetivas en el contexto de la acción colectiva, en conexión con la agencia proyectiva. El estudio analiza los desafíos y las posibilidades de la agencia proyectiva y del sistema de relevancia en las trayectorias de Antônio Bispo dos Santos y Joelson Ferreira de Oliveira en sus luchas por la tierra, además de sus interacciones críticas con la comunidad académica y las dinámicas de producción, validación y circulación del conocimiento. Se concluye que la ocupación bibliográfica, asociada con la agencia proyectiva y los sistemas de relevancia en el contexto del realismo social, se presenta como un argumento convincente y una fuente de inspiración para cuestionar la hegemonía del conocimiento de carácter colonial, contribuyendo a superar la parcialidad inherente a los saberes producidos en el contexto académico.

**Palabras clave:** ocupación bibliográfica; descolonización; universidades públicas; agencia; producción de conocimiento; lucha por la tierra.

### INTRODUÇÃO

*O que dizem é científico, o que nós dizemos não o é:  
universal/específico;  
Objetivo/Subjectivo;  
neutro/pessoal;  
racional/emocional;  
imparcial/parcial  
elas/ eles têm factos, nós temos opiniões.  
Elas/ eles têm o conhecimento, nós temos experiências.  
Não são simples categorizações semânticas; têm uma dimensão  
de poder que mantém posições hierárquicas e defende a  
supremacia branca. Não estamos aqui perante uma  
coexistência pacífica de palavras, como sublinha Jacques  
Derrida (1981:41) mas uma violência hierárquica que define  
quem pode falar. (Kilomba, 2019, p. 51-52)*

A gradual inserção nas universidades brasileiras de corpos dos sujeitos periféricos, negros, quilombolas, indígenas e gêneros dissidentes é o resultado de uma intensa e contínua luta social, fortalecida especialmente nos anos 1980, durante a ampliação dos movimentos sociais brasileiros em oposição à ditadura civil-militar vigente no país. Naquele contexto, a discussão sobre os processos de formação humana que pudessem romper com as bases eurocêntricas, principalmente nas universidades, já estava em evidência, embora avançasse a passos lentos, uma vez que essa presença ainda se restringia a objetos de estudo em diferentes contextos acadêmicos.

Nos últimos 30 anos, o ensino superior brasileiro tem sido tensionado em direção a uma abertura e ampliação epistêmica, no que se refere à incorporação não contingente de cosmovisões de matrizes indígena, afrodiáspórica e quilombola. No período, foram criadas normativas

específicas (Leis federais nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 12.711/2012), programas e projetos que têm como perspectiva proporcionar a inclusão de sujeitos, temáticas e agendas nas universidades e romper com o caráter excessivamente eurocêntrico que marca o ensino superior brasileiro. Destacam-se, nesse âmbito: a realização da Conferência de Durban, em 2001; as políticas de ação afirmativa<sup>1</sup>, inicialmente circunscritas ao acesso ao ensino superior e posteriormente estendidas à pós-graduação e à docência; a criação das universidades federais internacionais (Unilab – Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira – e Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana); e a promoção de editais de fomento voltados à cooperação e às pesquisas específicas no contexto África-Brasil, dentre outros.

Em 2006, o Brasil recebeu a II Conferência dos Intelectuais Africanos da Diáspora (CIAD). O evento, intitulado *A Diáspora e o Renascimento africano*, foi promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, no período de 12-14 de julho de 2006.

No contexto de realização da II CIAD, os participantes apresentaram propostas que visavam a “[...] formulação das políticas públicas de seus países voltadas para o Renascimento Africano e a superação das desigualdades que atingem as populações afrodescendentes na Diáspora”. As referidas propostas foram compiladas no documento *Os 70 Pontos de Salvador – uma plataforma de ação*.<sup>2</sup> O documento reúne propostas voltadas à valorização da diversidade cultural e à descolonização do saber, com destaque para ações relacionadas ao ensino superior. Entre elas, incluem-se a proteção e a promoção da diversidade cultural como base para renovação artística e intelectual; a implementação de sistemas de cotas para mulheres, minorias e afrodescendentes, visando democratizar o conhecimento e adequá-lo às realidades dessas populações; o ensino da história e da cultura africanas e da Diáspora como pilares de igualdade racial e justiça social; a valorização do passado africano e sua contribuição para a modernidade nos currículos e nos textos didáticos; e o incentivo a pesquisas que conectem as histórias da África e da Diáspora. Também é enfatizada a proteção dos saberes tradicionais de matriz africana como direito inviolável de seus povos.

A constatação do distanciamento das universidades públicas brasileiras em relação às cosmovisões que constituem o Brasil tem impulsionado, ainda que lentamente, uma abertura para saberes historicamente marginalizados. Essa mudança é fruto da herança crítica de experiências que questionam a colonialidade do saber e da mobilização social em diversos fóruns de discussão. Tais espaços possibilitaram a consolidação de políticas públicas mais inclusivas, inicialmente focadas no acesso às universidades e, posteriormente, na promoção do protagonismo de sujeitos e saberes não hegemônicos. Trata-se de um movimento que busca ressignificar as práticas acadêmicas, tornando-as mais alinhadas à pluralidade epistemológica e às realidades sociais do país.

Segundo Carvalho (2019, p. 90), o processo de descolonização engloba uma abordagem dual: a implementação de cotas epistêmicas e raciais, aliada ao reconhecimento e à fusão de diversos

---

<sup>1</sup>As políticas de ação afirmativa são medidas políticas e institucionais concretas e temporárias adotadas com o propósito de contribuir para a redução de desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos marginalizados, como pessoas negras, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros. O objetivo dessas políticas é promover a equidade de acesso a oportunidades e recursos, especialmente em áreas como educação, emprego e representação política. A efetividade dessas políticas baseia-se no reconhecimento de que certos grupos foram historicamente excluídos e buscam equilibrar essa situação e promover maior inclusão e justiça social, por meio de ações específicas. Tais políticas se inspiram em projetos bem-sucedidos estabelecidos em outros países, tais como os Estados Unidos, a Índia e a África do Sul.

<sup>2</sup> Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora: (2: Salvador, 2006). *II Ciad: a Diáspora e o Renascimento africano: relatório final*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

saberes. Nesse sentido, as cotas epistêmicas não devem ser vistas isoladamente, mas integradas às cotas raciais, como um passo essencial em direção a uma descolonização mais efetiva do conhecimento nas instituições universitárias. Essa integração visa não apenas desafiar, mas também superar o estado de exceção epistêmica que permeia o ensino superior no Brasil.

Parte-se da compreensão de que as trajetórias de mestres e artistas, provenientes das epistemes indígena, afrodiáspórica, comunitária e quilombola, tanto titulados por notório saber quanto integrantes de experiências de formação transversal e Encontros de Saberes, têm propiciado diversidade na produção de conhecimento e na formação humana em instituições de ensino superior brasileiras.

É inegável que a ampliação dos diálogos de saberes trouxe consigo o encorajamento e a articulação de uma perspectiva editorial que colocou em circulação visões de mundo afropindorâmicas, portanto mais conexas aos saberes e fazeres dos territórios em que são (e)laborados. Nesse sentido, parte-se também da indagação:

Como transformar o nosso olhar, a nossa escuta, a nossa escrita, a nossa leitura e as nossas ações diante das práticas e dos pensamentos das comunidades que sobrevivem diariamente – há 523 anos – às mais variadas formas de violência colonial? Como traçar uma reaproximação à terra na companhia daqueles que dela nunca se separaram? (Carnevali *et al.*, 2023, p. 346).

Busca-se neste artigo analisar os desdobramentos epistêmicos, culturais, sociais e políticos observados nessa nova dinâmica de produção e circulação de conhecimento em decorrência dos processos de descolonização e contracolônização do conhecimento, assumidos ou não pelas Universidades. O que se deseja analisar é em que medida a ocupação dos lugares de fala, considerados menos contingentes pelo acesso aos dispositivos de poder acadêmicos, contribui efetivamente na agenda social, na promoção da pluriepistemologia e no fortalecimento e no reconhecimento da agência de sujeitos e saberes afropindorâmicos. Para tanto, são analisados os gestos de ocupação bibliográfica na temática terra, sua agenda e tensionamentos.

A ocupação bibliográfica é a estratégia de publicação de conjuntos de textos derivados da escrita-escuta que se consolidam como oralidades impressas. Segundo Carnevali *et al.* (2023, p. 347), esses textos funcionam como uma “[...] intrusão nas bibliografias dos cursos universitários, das dissertações de mestrado e das teses de doutorado; nos pluriversos do metaverso; e nas edições de autores e autoras ocidentais que com a oralidade dos saberes tradicionais podem assim dialogar.”

Essa tática de ocupação bibliográfica foi observada na atuação e nas contribuições bibliográficas de Joelson Ferreira de Oliveira, liderança da Teia dos Povos e doutor por notório saber pela UFMG, e de Antônio Bispo do Santos, o Nego Bispo, ativista e intelectual quilombola que se tornou ancestral em 2023.

Este artigo organiza-se da seguinte forma: a Seção 2 discute a perspectiva moderna das universidades no contexto brasileiro, destacando a relevância da decolonialidade nesse cenário. Na Seção 3, são introduzidos e problematizados os conceitos de agência, sistemas de relevância e realismo social. A Seção 4 apresenta o perfil biográfico de Joelson Ferreira de Oliveira, enfatizando a especificidade de sua luta pela terra. A Seção 5 aborda a trajetória do quilombola Antônio Bispo do Santos e sua crítica contundente à colonialidade na luta pela terra, sob a perspectiva quilombola. Na Seção 6, examinam-se a especificidade da agência e a confluência de saberes e práticas nas ações de ambas as lideranças em prol da terra. Por fim, as considerações finais sublinham a importância e a urgência da ocupação bibliográfica, bem como da agência projetiva e dos sistemas de relevância, inseridos no contexto do realismo social.

## A RENITÊNCIA COLONIAL NAS UNIVERSIDADES

A naturalização de processos de formação humana baseados em perspectivas eurocentradas, reproduzidos de maneira persistente nas universidades brasileiras, permanece ignorando, de modo ostensivo e violento, a constituição histórica da sociedade. Ao privilegiar narrativas idealizadas em torno do mito da democracia racial, construção ideológica consolidada sobretudo na obra de Gilberto Freyre, tais instituições contribuem para a invisibilização das desigualdades e do racismo estrutural que atravessam o Brasil. A manutenção desse enquadramento, ao encobrir os efeitos concretos das hierarquias raciais, ergue uma barreira contínua ao reconhecimento, à crítica e à superação das injustiças vivenciadas pelas populações negras e indígenas, dificultando a emergência de práticas formativas comprometidas com a justiça epistêmica e social.

Por um longo período, as epistemologias da ignorância que estruturaram, em grande medida, os projetos formativos das universidades brasileiras atuaram como um obstáculo à construção efetiva de alianças com os sujeitos das margens e dos vestígios. Ao se posicionarem como procuradoras desses sujeitos e de seus saberes, assumindo para si a prerrogativa de falar *sobre* e *em nome de*, tais instituições reforçam relações assimétricas de autoridade epistêmica e limitam a emergência de práticas dialógicas e coparticipativas. Nesse intervalo histórico, coube sobretudo aos movimentos sociais e às coletividades de trabalhadores denunciar as contradições do modelo hegemônico e propor caminhos e projetos alternativos, capazes de confrontar a ordem estabelecida e de afirmar outras possibilidades de formação, conhecimento e emancipação social.

Embora se interponha uma série de disputas discursivas, a descolonização do conhecimento e seus processos associados parece ser um caminho sem volta, ao deslocar o olhar para o fundamental: a necessidade urgente de desmitologização da branquitude que, até aqui, determinou humanidade, conhecimento, privilégio, história e memória.

Nesse âmbito, Mbembe (2015, p. 6) aponta como necessário que o debate sobre a democracia de acessos esteja associado à desprivatização e à reabilitação dos espaços públicos. Para o autor:

A descolonização de edifícios e espaços públicos inclui uma mudança desses nomes coloniais, iconografia, ou seja, a economia de símbolos cuja função, desde o início, tem sido induzir e normalizar estados particulares de humilhação baseados em pressupostos de supremacia branca.

Pode-se afirmar que a formulação moderna de universidade é amplamente associada ao pensamento de Wilhelm von Humboldt explicitado no texto *Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim* (Humboldt, 1997). Naquele texto, Humboldt enfatizava a centralidade da ciência e a unidade entre ensino e pesquisa, capaz de formar espíritos livres e flexíveis com foco no desenvolvimento da ciência e na formação intelectual e moral da nação.

Conforme Pereira (2009), o modelo humboldtiano oferece a concepção moderna de Universidade e se organiza em torno dos seguintes elementos:

[...] a formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário.

O modelo brasileiro surgiu na Reforma Universitária de 1968, com a Lei nº 5.540/1968, incorporando também a extensão como parte do tripé constitutivo da universidade – derivado do modelo norte-americano, no qual a indissociabilidade entre essas três dimensões se tornou um princípio organizador das instituições de ensino superior.

No Brasil, a amálgama de tais modelos colocou em circulação duas concepções de universidade: idealista e funcionalista. A perspectiva idealista pauta-se pelo desenvolvimento do intelecto e pela integração entre os corpos discente e docente, com foco na atitude criativa deste, na liberdade acadêmica e na busca da verdade na pesquisa científica. Já a concepção funcionalista compreende a universidade como um *locus* de utilidade coletiva, sociopolítica e socioeconômica, dedicado à formação profissional e política.

A perspectiva de Humboldt centrava-se na pesquisa e na formação do pesquisador, realizada em um ambiente mobilizado pela autonomia universitária e orientada à liberdade didática, científica, administrativa e financeira. Além disso, enfatizava a importância da cooperação entre disciplinas, mediante a colaboração contínua entre os pesquisadores. Para ele, “A atividade intelectual somente progride quando há cooperação, e não apenas para que um investigador forneça o que falta ao outro, mas para que o êxito de sua atividade entusiasme o próximo” (Humboldt, 1997, p. 80).

Na atualidade, observa-se um consenso em torno de um esgotamento do modelo moderno de universidade, devido ao elitismo que leva, como tendência, à compreensão dessas instituições como entes autônomos e alheios à sociedade. Para alguns autores (Santos, 1994), isso decorre da paulatina perda de força da Universidade como instituição hegemônica e exclusiva em relação aos conhecimentos produzidos e transacionados na sociedade. Isso se desdobra em uma crise combinada em torno de três elementos intimamente associados ao capitalismo liberal, organizado e desorganizado: hegemonia, legitimidade e institucional.

A crise do capitalismo e, ao mesmo tempo, a interferência do mercado no *modus operandi* das universidades têm como resultado o surgimento de:

[...] duas vertentes antagônicas: uma vê que o processo de transformação social se dá essencialmente na esfera do sistema produtivo e que os sistemas educacionais se adaptam e se aperfeiçoam para atender às demandas da economia, não tendo, conseqüentemente, força causal própria. A outra atribui à educação uma capacidade de gerar “capital humano” passível, em princípio, da mensuração e da avaliação necessárias para sua utilização racional e de constituir-se em elemento-chave para qualquer processo de desenvolvimento econômico-social (Pereira, 2009, p. 45).

Observa-se então que incide sobre a já assinalada crise do modelo moderno de universidades a globalização da economia, as políticas neoliberais e a nova dinâmica da produção científica e tecnológica. Tais incidências agudizam ainda mais o caráter elitista das universidades, cada vez mais orientadas às lógicas mercantis e com foco na fabricação do conhecimento.

Nesse sentido, Mbembe (2015, p.7) assevera que:

Uma enorme quantidade de tempo e energia docente é gasta no cumprimento das exigências administrativas de avaliação e revisão contínua dos programas e na compilação de extensos arquivos demonstrando, de preferência em termos estatísticos, sua produtividade – o número de publicações, o número de trabalhos apresentados, o número de comitês atendidos, o número de cursos ministrados, o número de alunos processados nesses cursos, medidas quantitativas de excelência de ensino.

O fenômeno contemporâneo revela uma crescente contestação em relação às concepções tradicionais de legitimidade e hegemonia no contexto acadêmico. Esse questionamento está intrinsecamente ligado às transformações na distribuição do conhecimento, que historicamente tem sido associado à produção e à disseminação nas universidades, consideradas como bastiões do saber moderno e universal.

Observa-se, no entanto, uma notável resistência emergindo, sobretudo, da mudança na posição ocupada por outros agentes do conhecimento. Indivíduos e grupos que, anteriormente, eram marginalizados e pouco reconhecidos como protagonistas nesse cenário acadêmico, demandam seu lugar de fala e interlocução. Essa dinâmica reflete a necessidade premente de revisitar e redefinir os critérios que determinavam a legitimidade e a hegemonia nos processos de produção do conhecimento. A pluralidade de perspectivas e a diversidade de fontes de conhecimento, antes relegadas à periferia, clamam por reconhecimento e participação ativa na construção do saber contemporâneo.

Para Mbembe (2015, p.9), o cânone eurocêntrico está no cerne desse debate, visto que:

Um cânone eurocêntrico é um cânone que atribui a verdade somente ao modo ocidental de produção do conhecimento.

É um cânone que desconsidera outras tradições epistêmicas.

É um cânone que tenta retratar o colonialismo como uma forma normal de relações sociais entre os seres humanos, em vez de um sistema de exploração e opressão.

Além disso, as tradições epistêmicas ocidentais são tradições que reivindicam o desprendimento do conhecido do conhecedor. Eles repousam sobre uma divisão entre a mente e o mundo, ou entre a razão e a natureza como um a priori ontológico.

São tradições nas quais o sujeito conhecedor está encerrado em si mesmo e espreita um mundo de objetos e produz um conhecimento supostamente objetivo sobre esses objetos. Assim, o sujeito conhecedor é capaz, nos é dito, de conhecer o mundo sem fazer parte desse mundo e ele ou ela é, por todas as contas, capaz de produzir um conhecimento que supostamente é universal e independente do contexto.

Mbembe (2015, p. 19) ressalta também que a promoção da diversidade epistêmica, ensejada pela ideia de pluriversidade, pode contribuir nesse momento em que a decolonialidade tornou-se inelutável. Para o autor, trata-se de:

[...] um processo que não abandona necessariamente a noção de conhecimento universal para a humanidade, mas que a abraça, através de uma estratégia horizontal de abertura ao diálogo entre diferentes tradições epistêmicas.

Descolonizar a universidade é, portanto, reformá-la com o objetivo de criar um pluriversalismo cosmopolita crítico menos provincial e mais aberto – uma tarefa que envolve a refundação radical de nossos modos de pensar e uma transcendência de nossas divisões disciplinares.

Nesse âmbito, Anderson e Christen (2019) destacam que o regime de atribuição está intrinsecamente ligado à dinâmica de produção e disseminação do conhecimento. Esse regime mobiliza princípios, técnicas e tecnologias que reproduzem, por meio de um sistema sociotécnico, a distribuição formal do conhecimento, assemelhando-se a uma chancela de propriedade colonial. Nesse contexto, os autores enfatizam que há uma distorção nas normas de validação do conhecimento, visto que ao formalizarem os processos de apropriação, frequentemente desconsideram o consentimento dos verdadeiros detentores desses saberes.

É importante destacar, ainda, o poder de influência dos sistemas sociotécnicos, que englobam os sistemas de organização do conhecimento, a padronização técnica, as plataformas

digitais e os algoritmos. Esses dispositivos operam como mecanismos de ordenação, filtragem e validação que contribuem para assegurar o controle sobre o conhecimento e sobre os benefícios simbólicos, materiais e institucionais deles derivados. Nesse sentido, os processos contemporâneos de expropriação epistêmica seguem trajetórias que articulam prerrogativas históricas, científicas e sociotécnicas, de modo a atualizar e reforçar um ciclo caucásico de privilégio que se reproduz de maneira contínua.

## AGÊNCIA, SISTEMAS DE RELEVÂNCIA E REALISMO SOCIAL

O discurso comum, referente à agência humana, envolve, em grande medida, uma perspectiva ingênua em relação à atuação do sujeito em sociedade. Tal ingenuidade decorre da dualidade que organiza as visões associadas ao tema, que cinde o sujeito em moderno e social. Conforme Archer (2000), essa cisão incontornável torna os modelos defeituosos, por vislumbrar, desde o iluminismo, um sujeito subsocializado e outro supersocializado, sem margem para se pensar o lugar do realismo social no debate instaurado. A perspectiva racionalista do homem moderno, advinda do Iluminismo, por exemplo, deixa pouca possibilidade de compreensão do comportamento coletivo voluntário e da tendência humana a se orientar às preocupações últimas. Já a perspectiva que vincula o ser à sociedade também é deficiente, por desvincular os sujeitos da realidade.

No que se refere às heranças do Iluminismo, a autora argumenta que:

*O Homem da Modernidade é pré-formado, e sua formação, isto é, a emergência de suas propriedades e poderes, não depende de suas experiências do mundo. De fato, o mundo só pode chegar a ele filtrado por uma racionalidade instrumental que é acorrentada a interesses cuja gênese é misteriosa (Archer, 2000, p. 55).*

Em face dessa encruzilhada, Archer (2000, p. 55) aponta para uma perspectiva realista de *self*. No modelo orientado ao realismo social, a autora inclui a linguagem, a memória, o reconhecimento dos agentes ao longo do tempo, as relações orgânicas, de trabalho e social, as conversações interiores. Destaca ainda que em tal contexto os sujeitos são simultaneamente ativos e reflexivos.

Para Archer (2000), a identidade social se efetiva por meio da articulação entre a estrutura e a agência. Tal articulação revela a nossa capacidade de expressar preocupações e engajamentos, fazendo uso de nossos papéis sociais de modo singular para efetuarmos nossas preocupações últimas. Contudo, cabe ressaltar que a identidade social, nesse contexto, não é autônoma e se articula, em termos sucessivos ou complementares, com a identidade pessoal.

O modelo orientado à realidade social ampara-se no contexto relacional entre as “[...] propriedades emergentes das pessoas (PEPs) e a realidade de propriedades estruturais e culturais emergentes” (Archer, 2000, p. 67). Nos termos da articulação entre as identidades pessoal e social, cabe ressaltar que os sujeitos desempenham simultaneamente diferentes papéis.

Segundo Archer (2000), o sujeito ativo e reflexivo, defendido no modelo voltado à realidade social, pode produzir soluções criativas e autênticas, uma vez que, em princípio, rompe com as limitações impostas pelo modelo centrado no homem da modernidade, pautado na racionalidade individualista, e pelo ser social que se encontra preso a uma estrutura convencional de interações.

Emirbayer e Mische (1998, p. 970) destacam que a agência humana se refere ao:

*Envolvimento temporalmente construído por atores de diferentes ambientes estruturais – os contextos relacionais temporais de ação – que, por meio da interação de hábito,*



imaginação e julgamento, reproduz e transforma essas estruturas em resposta interativa aos problemas colocados pela mudança da situação histórica.

O caráter projetivo da agência envolve, conforme Emirbayer e Mische (1998, p. 971), a capacidade dos atores de construir, de maneira imaginativa e consciente, possíveis cursos de ação futuros. Nesse contexto, o pensamento dos agentes tende a se reorganizar em função da articulação entre esperanças, medos e desejos, orientando-se prospectivamente para o que pode ou deve ser feito. Tal dimensão projetiva, ao antecipar cenários e alternativas, também sustenta a ação coletiva e a possibilidade de transformação social.

Na formulação do conceito de agência humana, Emirbayer e Mische (1998) assinalam também o papel do sistema de relevância, proposto por Alfred Schutz, no trabalho *The phenomenology of the social world* (1967). O sistema de relevância envolve o processo de aprendizado e priorização adotado pelos indivíduos a partir de experiências objetivas e subjetivas. Em novas situações, o sujeito faz uso dessas informações, materializadas em regramentos e expectativas; todavia, é possível afirmar que o sistema de relevância não é autocontido, ao contrário, busca, no contexto da ação coletiva e em conectividade com agência projetiva, alterar o sistema de relevância social vigente no sentido de imaginar, projetar e viabilizar um outro mundo possível. Desse ponto de vista, a trajetória pessoal, pressionada pelas contingências do mundo social, é continuamente matizada pelas ações coletivas e contribui para a consolidação de uma compreensão mais realista e situada da agência humana.

## **A CONSTRUÇÃO DE OUTRA PERSPECTIVA DE HUMANIDADE: A EMANCIPAÇÃO DO CAPITAL E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO DISCURSO DE JOELSON FERREIRA DE OLIVEIRA**

*Agradeço imensamente essa casa, mas quero dizer a vocês que essa casa precisa parar com a divisão, acabar com a prepotência e entender que nosso povo tem conhecimento, tem sabedoria e, como diz a canção, todo índio tem ciência. [...] Nós precisamos assumir a responsabilidade de construir outro mundo possível, do nosso jeito, na nossa capacidade criativa e de convivência harmoniosa com todos os seres. Essa é a nossa responsabilidade e precisamos assumi-la antes que o tempo acabe<sup>3</sup>.*

Joelson Ferreira de Oliveira nasceu em Itamaraju, Bahia, em 1961. Por sua atuação, é reconhecido como uma importante liderança do Assentamento Terra Vista, em Arataca (BA), e da Teia dos Povos. Integrou a primeira turma de mestres populares que foram reconhecidos pela UFMG com o título de doutor, por notório saber, em 2022.

Joelson se destaca por sua intensa interlocução social e acadêmica, nas quais enfatiza a luta pela terra como um pacto civilizatório. Para ele, esse pacto se sustenta na construção de uma aliança imprescindível entre povos cujos destinos estão historicamente entrelaçados por essa agenda social: povos originários, comunidades quilombolas, populações faveladas e trabalhadores rurais sem terra.

<sup>3</sup> Palestra de Joelson Ferreira de Oliveira na Abertura do seminário e aula inaugural da Formação Transversal em Agricultura Familiar e Agroecologia, com o tema Justiça ambiental, povos originários e educação: a experiência do projeto Hãmbi-terra viva, que ocorreu no dia 9 de abril de 2024, no Auditório da Reitoria da UFMG.

Em 2022, publicou o livro *As lutas existem pela nossa terra*, fruto do memorial apresentado à UFMG, como parte da documentação exigida em sua candidatura ao título de Doutor por Notório Saber.

A perspectiva de Joelson, presente nessa obra, inclui também a autonomia territorial, a soberania alimentar e hídrica e a transposição agroecológica, consideradas pautas necessárias para o enfrentamento do agronegócio, uma dimensão violenta do capitalismo no campo. Nesse sentido, alerta que:

Enquanto a Monsanto se apropriou das sementes, a Bayer domina os venenos e os remédios. Dez empresas dominam o mercado de alimentos. Estão envenenando a gente. É um círculo fechado. Como sair disso? recuperando as nossas sementes. As sementes crioulas, as sementes tradicionais. Produzir, guardar e garantir as nossas sementes hoje é revolucionário (Oliveira, 2023, p. 70).

Na visão de Joelson, é imprescindível considerar a emergência de uma nova economia, que possa valorizar especialmente os conhecimentos e as práticas herdadas de nossas tradições ancestrais. Em conjunto com outras formas de saber, esses conhecimentos e essas práticas podem contribuir na urdidura de uma visão alternativa da humanidade, pautada na construção da unidade na diferença.

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta (Santos, 2023, p. 2).

Antônio Bispo dos Santos nasceu em 1959, no Vale do Rio Berlingas, Piauí, e ancestralizou em dezembro de 2023 em São João do Piauí. Quilombola, Bispo se considerava um tradutor dos saberes e fazeres de sua comunidade de referência, o quilombo Saco-Curtume, município de São João do Piauí.

Ao longo de sua trajetória, atuou como liderança rural quilombola na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (Cecoq/PI) e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Considerado por muitos um intelectual quilombola, Bispo, em uma estratégia que diríamos de ocupação bibliográfica, publicou os livros *Colonização, Quilombos: modos e significados* (2015), *Quatro cantos* (2022) e *A terra dá, a terra quer* (2023), além de artigos e poesias.

Em suas reflexões, Nego Bispo apresentava invariavelmente uma crítica incisiva à colonialidade e à maneira como os conhecimentos científicos e populares são hierarquizados e separados desde a sua origem, impulsionados principalmente pela importância dada à nomeação dos conceitos no campo científico, uma perspectiva que ele denominava *guerra das denominações*.

Eu fui vendo que os colonialistas gostam de colocar nome em tudo, inclusive nos saberes. Eles chamam os saberes deles de “ciência”, chamam os operadores dos saberes deles de “cientistas”, e chamam os nossos saberes de “saber popular” e “saber empírico”. Enfim, eles colocam várias denominações vazias nos nossos saberes. [...] Já que os colonialistas chamam os nossos saberes de empíricos e populares, e chamam os saberes deles de saberes científicos, resolvemos também contrariar. Resolvemos chamar os saberes deles de “saberes sintéticos”, e os nossos saberes de “saberes orgânicos”.

Mas não é só por chamar, tem toda uma análise, tem todo um aprofundamento (Santos, 2021, p. 16).

Para Santos (2021), os saberes orgânicos constituem efetivamente saberes cosmológicos, capazes de articular o ser e a vida em uma dimensão resolutiva e relacional. Em contraste, os saberes sintéticos, marcados por feições coloniais, orientam-se para a apropriação e operam segundo uma lógica de acumulação, distanciando-se das formas de conhecimento enraizadas na experiência, na ancestralidade e na reciprocidade.

Ao longo de sua trajetória, Bispo buscou promover uma pletera de sentidos, povoada por imagens mais afeitas aos contextos quilombolas, palavras germinantes e desafios contracoloniais que dão sentido a sua trajetória e de seus semelhantes.

Quando trata da “palavra germinante”, Bispo ressalta a capacidade dessa palavra inaugurar ou produzir conexões inéditas no contexto dos conhecimentos quilombolas. Ele relembra a potência das encruzilhadas e destaca que:

[...] na verdade as encruzilhadas são espaços germinantes. Não são um conceito, e esse que é o grande debate. A academia vive insistindo para que nossas palavras sejam palavras tratadas como conceito, mas nossas palavras não são conceitos. As nossas palavras são germinantes, são sementes. Nós da oralidade somos lavradores e lavradoras de palavras, mas na escrita também se lava palavra. O papel vem da madeira, então o papel tem vida. A tinta também, às vezes, vem da madeira, mas venha de onde vier, a tinta tem vida. Então colocando a tinta no papel eu estou plantando palavras. As letras são sementes e, quando eu escrevo, eu estou semeando letras sementes que vão germinar em forma de palavras nas bocas de várias pessoas. Essas palavras vão ser armazenadas nas mentes e vão alimentar. Elas são alimentos, são frutos que vão alimentar os sentidos, todos os sentidos. E assim as palavras vão nos movendo pela oralidade, pela escrita ou pelas imagens (Santos, 2021, p. 20).

Outras duas palavras germinantes apresentadas por Bispo se inspiram na metáfora do fluxo das águas, a transfluência e a confluência. O autor ressalta que a transfluência visa à superação de obstáculos, e parece concordar com Fela Kuti ao afirmar que as águas não têm inimigos. Ele salienta que, seja por meio da evaporação e da infiltração, seja pelos rios voadores, a transfluência entre as águas se realiza e promove encontros geograficamente distantes em sua origem.

A confluência, por sua vez, refere-se à possibilidade de articulação entre energias, em que as potencialidades individuais são preservadas, mas também se fortalecem. Isso ocorre na medida em que essas forças se unem a partir do que compartilham, criando um campo comum de potência e cooperação:

[...] a palavra que melhor germinou foi confluência. Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente conflui, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a confluência, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade, ela ainda me segura! Ando me sentindo no colo da ancestralidade e quero compartilhar isso (Santos, 2023, p. 5).

O sistema sógnico proposto por Bispo tem contribuído para a disseminação de uma semiose forjada na luta quilombola pela terra e pela afirmação de seus valores ancestrais, evidenciando a

contracolonialidade como um marcador distintivo da *práxis ética e política* dos povos afroindorâmicos. Tal dinâmica se revela de maneira especialmente significativa nos discursos contemporâneos de enfrentamento da colonialidade.

## AGÊNCIA, CONFLUÊNCIA DE SABERES E FAZERES NA LUTA PELA TERRA

Joelson e Nego Bispo são dois expoentes da luta pela terra no Brasil. Intelectuais orgânicos e tradutores dos saberes e fazeres de suas comunidades de referência, há muito realizam diálogos nos contextos acadêmicos e com a sociedade em geral com o propósito de, por meio do entendimento e da ocupação bibliográfica, promover a confluência de saberes e fazeres e a construção de uma outra perspectiva de humanidade. Essa perspectiva reconhece a terra como um ente vivo e inseparável dos seres humanos e da natureza. O sistema de relevância que eles desenvolveram busca catalisar uma mudança social coletiva, incluindo a descolonização das universidades, consideradas bastiões da perpetuação e da normatização/normalização das estruturas modernas de poder.

Depreende-se desse fato a impossibilidade de se pensar a agência humana desprovida de informação e conhecimento. A ocupação bibliográfica, produzida como uma dimensão da descolonização/contracolonização dos espaços e dos dispositivos de produção do conhecimento, implica em agência e democracia criativa.

Nesse sentido, observam-se indícios da agência projetiva no discurso de Joelson:

Eu tenho fé que nós vamos reagir e vamos reconstruir esse país para ser um país da felicidade, da esperança, do amor e da bondade. Agora depende de cada um de nós em seu local, na sua missão, na sua responsabilidade. Ninguém precisa carregar as dores do mundo. Precisamos tomar coragem para propor outra perspectiva de humanidade capaz de louvar a terra, assim como os Maxakali fazem com seus cantos para cada animal, cada árvore. Somos maioria. Vamos assumir uma aliança indígena-negra-popular para retomar essa terra, para que o Brasil seja um país de todos, terra de festa, trabalho e pão.

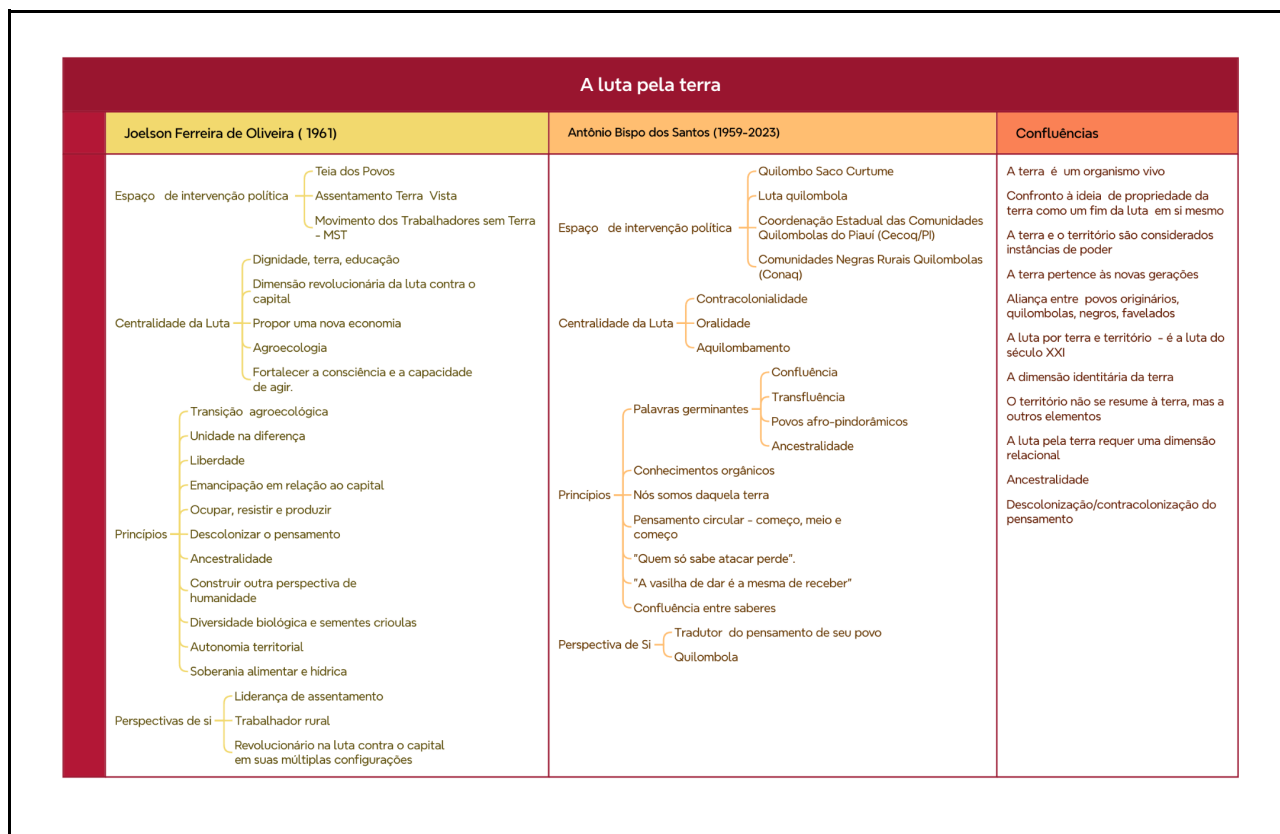
Bispo, ao falar do cotidiano homem-natureza, evidencia que a agência humana implica também uma sensibilização dos sujeitos em relação aos sinais da natureza.

Às vezes você vai andando e encontra uma pedra bonita e aconchegante para se sentar. Ou um lajedo bonito onde você se deita um pouco e descansa. Esse compartilhamento é tão farto, tão presente em nossas vidas, que dificilmente falamos disso para as pessoas que estão na cidade. Se você vai andando e vê um rato correndo no meio da mata, logo atrás dele há o risco de ter uma cobra. Ele compartilha um aviso: “Não ande agora por aqui porque a coisa pode não estar boa”. Um rato no mato não é uma coisa tão ruim quanto um rato na cidade. Um rato na mata é um compartilhante. Se vejo uma comida que serve para o rato, vou ter de deixá-la ali, porque o rato pode ser um informante. O cançã é um pássaro que sempre acua as cobras. Se estou na Caatinga e canta um cançã, sei que ali há alguma coisa que preciso observar: uma cobra ou um teiú. Às vezes é alguma outra coisa que não faz mal a ninguém, mas o cançã dá o sinal (Santos, 2023, p. 22).

A seguir, apresenta-se uma síntese dos elementos constitutivos da agência projetiva e dos sistemas de relevância observados, respectivamente, nas ações de Joelson e Bispo, bem como dos elementos de confluência que os aproximam. Tais elementos os situam, no âmbito da ação coletiva,

como agentes capazes de contribuir para a consolidação de novos sistemas de relevância e para a condução de processos de mudança social relacionados à luta pela terra no Brasil.

Figura 1: A luta pela terra



Fonte: Dados da pesquisa.

O que se depreende da análise das trajetórias de Joelson e Bispo, na luta pela terra, é que ambos a consideram um organismo vivo que precisa ser preservado para as novas gerações. Na reflexão e na ocupação bibliográfica e acadêmica que efetivam, o reconhecimento da ancestralidade e da dimensão identitária da terra é estruturante para a necessária aliança entre povos originários, quilombolas, negros e favelados.

Além disso, ambos reconhecem a terra e o território como instâncias centrais de poder e afirmam que a defesa da vida passa pela construção de outros modos de existência. Para Joelson, isso envolve a emancipação em relação ao capital, a transição agroecológica e a elaboração de uma nova perspectiva de humanidade. Para Bispo, manifestam-se como princípios estruturantes a contracolonialidade, a confluência dos saberes, o aquilombamento e a circularidade do conhecimento. Em conjunto, tais princípios configuram fundamentos indispensáveis à luta pela terra e pela vida no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Essa cultura que supõe que algumas pessoas têm mérito, os outros não, é uma das ideias motoras da predação. (Krenak, 2024)<sup>4</sup>*

A inadiável luta pela descolonização do conhecimento, especialmente nas universidades, surge hoje como um movimento inevitável. Nesse sentido, a paulatina presença dos sujeitos das margens e dos vestígios, assim como de suas perspectivas intelectuais expressas em primeira pessoa, singular ou plural, nos espaços de produção de conhecimento, aponta nitidamente para uma mudança em curso.

Atualmente, o Brasil conta com inúmeras experiências e formatos que tornam a ocupação bibliográfica e audiovisual um caminho sem volta. É possível afirmar que estamos vivenciando o surgimento de um modelo editorial que tensiona as formalidades e as estruturas de circulação do conhecimento, até então apaziguadoras da violência epistemicida e semiocida, e oportuniza novos modelos.

Não resta dúvida de que essa estratégia de ocupação é um grande avanço nas formas de circulação do conhecimento. No entanto, persiste o risco de que surja uma nova categoria de intermediários que, embora reduza distâncias, possa engendrar práticas igualmente nocivas. Afinal, é preciso também romper com os modelos seculares de atribuição técnica e tecnológica do conhecimento que acolhe rastros renitentes de colonialidade do saber e se molda às lógicas dos fatores de impacto e da excelência presumida.

A análise da luta pela terra, engajada por Joelson Ferreira e Antônio Bispo, nos termos de suas comunidades de referência, torna evidente que a abertura das universidades a outros saberes é desejável e urgente. É imprescindível romper com concepções baseadas em noções de mérito a-histórico e na hierarquização de conhecimentos, que muitas vezes se apoiam em mecanismos de expropriação presentes nos processos de validação do saber. Palavras germinantes como *escrivência*, *oralitura*, *cosmolinguagens*, *encruzilhadas* e *confluência* continuam a desafiar e a impulsionar a abertura epistemológica para outras metodologias, saberes, cosmologias e linguagens capazes de ampliar os modos de circulação do conhecimento. São conceitos que tensionam a hegemonia das narrativas grafocêntricas e nos convocam a superar a parcialidade das *peles de papel*, como já advertiu Kopenawa, reconhecendo a vitalidade de epistemes que escapam às reduções do registro escrito e afirmam outras formas de existência e produção de sentido.

A agência projetiva e os sistemas de relevância, situados no horizonte do realismo social, emergem como instrumentos analíticos e fontes de inspiração capazes de tensionar a hegemonia dos *gatekeepers* coloniais, que continuam a reconhecer no cânone caucásico e eurocêntrico a única matriz legítima de produção de conhecimento válido. Nesse cenário, uma resposta possível ao ciclo repetitivo imposto por tais dispositivos pode ser encontrada na perspectiva de Bispo, que enfatiza o aquilombamento e o pensamento circular como fundamentos de uma epistemologia comprometida com o respeito à ancestralidade, um movimento contínuo de começo, meio e começo, no qual a vida e o saber se regeneram em espirais de permanência, compartilhamento e transformação.

---

<sup>4</sup>Ailton Krenak na ABL – discurso completo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Iw36ADrzGdk>. Acesso em: 15 abr. 2024.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos ao CNPq e à Fapemig pelo suporte concedido em todas as etapas deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Jane; CHRISTEN, Kimberly. Decolonizing Attribution: Traditions of Exclusion. *Journal of Radical Librarianship*, v. 5, p. 113-152, 2019.
- ARCHER, Margaret. Realismo e o problema da agência. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 6, p. 51-75. 2000. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/235467/28455>. Acesso em 15 abr. 2024.
- CARNEVALLI, Felipe *et al.* *Terra: antropologia afro-indígena*. São Paulo: UBU, Belo Horizonte: Piseagrama, 2023.
- CARNEVALLI, Felipe *et al.* Escutas-escritas e vice-versa. In: CARNEVALLI, Felipe *et al.* *Terra: antropologia afro-indígena*. São Paulo: UBU, Belo Horizonte: Piseagrama, 2023.
- CARVALHO, José Jorge. Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze;
- EMIRBAYER, Mustafa; MISCHE, Ann. What is Agency. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 4, p. 962-1023, jan. 1998.
- HUMBOLDT, Wilhelm. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: CASPER, G.; HUMBOLDT, W. *Um mundo sem universidades?*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- KRENAK, Ailton. *Ailton Krenak na ABL – discurso completo* [vídeo]. YouTube, 06 abr. 2024. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Iw36ADrzGdk>. Acesso em 15 abr. 2024
- MBEMBE, Achille. *Decolonizing knowledge and the question of the archive*. Palestra apresentada no Wits Institute for Social and Economic Research (WISER), University of the Witwatersrand, Johannesburg, 2015.
- OLIVEIRA, Joelson Ferreira. *As lutas existem pela nossa terra*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022.
- OLIVEIRA, Joelson Ferreira. Lutar pela nossa terra. In: CARNEVALLI, Felipe *et al.* *Terra: antropologia afro-indígena*. São Paulo: UBU, Belo Horizonte: Piseagrama, 2023. p. 59-72.
- PEREIRA, Elisabete. Monteiro. de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: UBU, Belo Horizonte: Piseagrama, 2023. p. 7-18.
- SANTOS, Antônio Bispo dos, *et al.* *Quatro cantos*. São Paulo: N-1 Edições, 2022.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. In: CARNEVALLI, Felipe *et al.* *Terra: antropologia afro-indígena*. São Paulo: UBU, Belo Horizonte: Piseagrama, 2023. p. 7-18.

SANTOS, Antônio Bispo; DORNELES, D. R. Palavras germinantes: entrevista com Nego Bispo. *Identidade*, São Leopoldo, v. 26, n. 1 e 2, p. 14-26, jan./dez. 2021.

SANTOS, B. S. Da ideia de universidade a universidade de ideias. In: SANTOS, B. S.. *Pela mão de Alice*. o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1994. p. 187-226.

SCHUTZ, Alfred. *The Phenomenology of the Social World*. Evanston: Northwestern University Press, 1967.

*Submetido em 17 de julho de 2024*  
*Aprovado em 17 dezembro de 2024*

### Informações da autora

Maria Aparecida Moura  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
E-mail: [cidamoura@gmail.com](mailto:cidamoura@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2670-923X>  
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3179079966117749>